



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº X/2026 - MPF/ES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DA PROCURADORIA DA
REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.

Tendo em vista o que consta no PGEA nº [1.17.000.003788/2025-10](#) e em observância às disposições da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº xxxx/xxxx**, mediante as cláusulas a seguir anunciadas, a CONTRATANTE e a CONTRATADA a seguir qualificadas:

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO (PR/ES)**

CNPJ: 26.989.715/0013-46

Endereço: Avenida Jerônimo Monteiro, nº 625 - Centro, Vitória/ES - CEP 29010-003

Representada por: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual, nomeado pela [Portaria PRES nº 503, de 5 de dezembro de 2013](#), publicada no DOU de 9 de dezembro de 2013, portador da matrícula funcional nº 6761, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 41 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado por meio da [Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015](#).

CONTRATADA: SM CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA LTDA

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Representada por: nome do representante, **sócio administrador**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por **contrato social**.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. Contratação de serviços de manutenção de rotina, com periodicidade anual, da subestação de energia elétrica da PR/ES, com transformador de 300 KVA, abrangendo a manutenção de todos os equipamentos na câmara, bem como dos quadros de distribuição, da edificação localizada na Av. Jerônimo Monteiro, 625, Centro, Vitória/ES.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. Aviso de Pregão Eletrônico nº 9000x/2026 e seus anexos, inclusive o Termo de Referência nº 0x/2026;
- 1.2.2. A Proposta da contratada, datada de xx/xx/2026;
- 1.2.3. Quaisquer outros anexos dos documentos supracitados.

- 1.3. O serviço será executado no prazo e data estipulada na Ordem de Serviço, no seguinte endereço:

LOCAL	ENDEREÇO	CONTATO
Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo	Av. Jerônimo Monteiro, 625 - Centro, Vitória - ES, 29010-320	Hérverton/Elanne (MSG) – (27) 3211-6491. E-mail: pres-msg@mpf.mp.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da Ordem de Serviço emitida pela contratante, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- 2.3. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.6. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- 2.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.8. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.9. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.10. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

- 2.11. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência (PR-ES-000xxxxx/2026), anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será permitida a subcontratação do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. A contratada obriga-se a realizar o serviço objeto do presente contrato pelo preço total de R\$ xxxxx (valor por extenso), conforme valores destacados na tabela abaixo:

Tabela 1: Preço

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	U.M.	QTDE ANUAL	VALOR ANUAL
1	Serviços de manutenção de rotina, com periodicidade anual, da subestação de energia elétrica da PR/ES, com transformador de 300 KVA, abrangendo a manutenção de todos os equipamentos na câmara, bem como dos quadros de distribuição da edificação localizada na Av. Jerônimo Monteiro, 625, Centro, Vitória/ES.	4901 Grupo 871	UN	1	R\$ xxx
VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO					R\$ xxxx
VALOR TOTAL GLOBAL DA CONTRATAÇÃO (2 ANOS)					R\$ xxxxx

Parágrafo Único - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

necessários ao cumprimento integral do objeto do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em xx/xx/2026.
- 6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.
- 6.5. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no subitem 6.2, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.
- 6.6. Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.
- 6.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 6.8. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.9. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.11. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

- 6.12. As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 7.1. A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência (PR-ES-000xxxxx/2026), anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Caberá ao CONTRATANTE:

- 8.1.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 8.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- 8.1.3. Conferir o(s) material(is) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;
- 8.1.4. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
- 8.1.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;
- 8.1.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.7. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 8.1.8. O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre o objeto contratado, ficando a cargo da SESOT/PR-ES aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;
- 8.1.9. Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

- 8.1.10. O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:
- 8.1.11. Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- 8.1.12. Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SESOT/PR-ES, para providências;
- 8.1.13. Recusar qualquer material que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 9.3. Encaminhar os documentos formais referentes ao contrato através do MPF Serviços (<https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>), utilizando o Peticionamento Eletrônico ou o Protocolo Eletrônico, conforme o caso e seguindo a orientação da Gestão/Fiscalização contratual.
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;
- 9.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Procuradoria da República no Espírito Santo, situada na Avenida Jerônimo Monteiro, n. 625 – Vitória/ES;
- 9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo contratante.
- 9.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.27. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.28. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.29. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

- 9.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do contratante.
- 9.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.32. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.33. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 10.1. A CONTRATADA adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Na presente contratação o prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 12.1.6. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - 12.1.7. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.3. Advertência, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.4. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. Multa: calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme as tabelas abaixo:

Tabela 2: Grau da penalidade x percentual aplicável

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor total da contratação
2	1,0% sobre o valor total da contratação

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
3	5,0% sobre o valor total da contratação
4	10,0% sobre o valor total da contratação
5	20,0% sobre o valor total da contratação
6	30,0% sobre o valor total da contratação

Tabela 3: Conduta ilícita x grau da penalidade

ITEM	CONDUTA ILÍCITA	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Entregar o objeto fora do prazo estabelecido.	1	Por dia de atraso, limitado a 10 dias.
2	Recusar-se a efetuar a substituição do objeto ofertado em desacordo com o Termo de Referência e demais anexos, quando notificado para esse fim.	6	Por evento.
3	Substituir o objeto ofertado em desacordo com o Termo de Referência e demais anexos, quando notificado para esse fim, fora do prazo estabelecido.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 dias.
4	Recusar-se, dentro do prazo de garantia, a efetuar a substituição do objeto ofertado.	5	Por evento.
5	Substituir o objeto ofertado, dentro do prazo de garantia, fora do prazo estabelecido.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 dias.
6	Deixar de enviar documentação exigida no Termo de Referência e demais anexos, dentro do prazo.	4	Por evento, sobre o valor mensal
7	Cumprir outras obrigações listadas neste Termo de Referência fora do prazo estabelecido.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 dias.
8	Recusar-se a realizar outras obrigações, não listadas acima, previstas neste Termo de Referência.	4	Por evento

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

ITEM	CONDUTA ILÍCITA	GRAU	INCIDÊNCIA
9	Comportar-se de modo inidôneo.	6	Por evento
10	Fizer declaração falsa.	6	Por evento
11	Apresentar documentação falsa.	6	Por evento
12	Cometer fraude fiscal.	6	Por evento

- 12.7. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.8. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 12.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.13.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.13.4. os danos que dela provierem para o contratante;
 - 12.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade,
 - 12.13.6. conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

- 12.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.15. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.16. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

aditivo para alteração subjetiva.

- 13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido;
- 13.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.8. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:
 - 14.1.1. UG Executora 200038/00001;
 - 14.1.2. Programa de Trabalho: 03062003142640001 - DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - NACIONAL
 - 14.1.3. Plano Interno: MBASIC;
 - 14.1.4. Fonte: 1000000000000;
 - 14.1.5. Natureza da Despesa: 33903916;
 - 14.1.6. Nota de Empenho nº 2026NE0000xx, de xx/xx/2026.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO

- 18.1. O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo Excelentíssimo Sr. Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XVII, do artigo 33, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

- 19.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.
- 19.2. E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente termo de contrato assinado eletronicamente pelas partes.

Assinado Eletronicamente
Rodrigo Vieira Teixeira
Secretário Estadual - MPF/ES

Assinado Eletronicamente
Representante da Empresa
Nome da Empresa

De acordo.

Assinado Eletronicamente
Carlos Vinícius Soares Cabeleira
Procurador-Chefe - MPF/ES

Termo de Contrato nº 0x/2026

Manutenção da Subestação da PR-ES

Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo - PR/ES